AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
ISSN - 1413-8638 E-ISSN - 2238-5533

Vol. 20, n. 1, 2015.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, O ENSINO DE GEOGRAFIA E A ESCOLA: (RE) DISCUTINDO ALGUMAS (IN) CERTEZAS COTIDIANAS[1]

Anderson Weber Pereira[2]; Gabriela Klering Dias[3] e Rosangela Lurdes Spironello[4]

RESUMO
Debatendo a relação entre Educação Ambiental - EA e Ensino de Geografia, este artigo se baliza em duas problemáticas comuns ao cotidiano escolar, onde para dialogar com estas problemáticas trazemos duas comunicações de mesma autoria deste artigo defendidos no II SEMPGEO/UFPEL. Objetivando contribuir com a construção de uma discussão voltada a EA interdisciplinar, os resultados mostram que a visão em que existem áreas predeterminadas a abordar a EA na escola, é uma construção mal fundamentada, consequência do cenário político brasileiro. Os resultados ainda refletem alguns entraves ao se pensar a EA interdisciplinar e de se introduzir assuntos de cunho ambiental o quão mais cedo possível na vida dos cidadãos em formação. Concluímos destacando a importância de repensar a EA interdisciplinar desde as instituições de formação docente.
Palavras Chave: Ensino de Geografia. Educação Ambiental na Escola. Políticas Públicas Educacionais.

ABSTRACT
Debating the relationship between environmental education - EA and Geography Teaching, this article beacon on two issues common to the school routine, where to engage with these issues bring two communications by the same author of this article defended the SEMPGEO II / UFPEL. To contribute to the construction of a discussion focused interdisciplinary EA, the results show that the view that there are predetermined areas to address EA in school, is an ill-founded building, a consequence of the Brazilian political scene. The results also reflect some obstacles to think interdisciplinary EA and to introduce environmental nature matters how as soon as possible in the lives of citizens in formation. We conclude by highlighting the importance of rethinking interdisciplinary EA from teacher training institutions.

Keywords: Geography teaching. Environmental Education at School. Educational Public Politics.

[1] Artigo publicado de forma integral nos Anais do VII EDEA.

[2]Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas/PPGEO UFPEL – andyweber20@hotmail.com.

[3]Graduanda no Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas/UFPEL – gabikdias@hotmail.com.

[4]Professora no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pelotas/PPGEO UFPEL – spironello@gmail.com.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 28-48, 2015

INTRODUÇÃO

A presente comunicação traz à tona uma discussão a respeito de algumas reflexões e indagações que nos fazemos frente à relação entre a Educação Ambiental (EA), o Ensino de Geografia e a escola.

Forma o corpo teórico para esta discussão, os resultados de dois trabalhos previamente realizados pelos autores deste mesmo artigo. O primeiro, diz respeito a um fragmento de um estudo maior que está em fase de desenvolvimento onde analisamos a relação histórica da Geografia com a Educação Ambiental no Brasil presente nos livros didáticos da primeira enquanto segmento do ensino formal na escola.

Já o segundo, se refere a um estudo de caso realizado em uma escola em que um dos autores deste trabalho é parte do corpo docente, onde analisamos a concepção e o contato com a Educação Ambiental na formação de educadores do 1° e 2° ciclos do ensino fundamental e, para, além disso, indagamos sobre como isso refletiu e reflete nas suas atuações profissionais frente a ênfase à temática ambiental nas suas atividades.

Vale ressaltar que ambos os trabalhos em que trazemos para discussão já foram previamente apresentados, defendidos e de alguma forma qualificados durante o II Seminário do Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pelotas – II SEMPGEO UFPEL, no ano de 2015.

As principais indagações responsáveis pelas reflexões em que trazemos para debate neste artigo giram em torno de duas questões pontuais:

- a primeira, diz respeito a uma certeza que encontramos pairando no cerne das ideias defendidas por aquelas pessoas que em suma maioria compõe o corpo docente das instituições de ensino básico de nosso contato: a certeza de que, conforme uma série de fatores, a Educação Ambiental e as discussões e ações que envolvem esta temática devem ser desenvolvidas pelos segmentos de Ciências, de Biologia e de Geografia na escola.

Porém, antes mesmo de enfatizarmos as justificativas por tal certeza citada acima, inegavelmente é notório que, nas nossas escolas, tudo aquilo que é compreendido normalmente como vinculado ao trabalho da Educação Ambiental, são

de fato os responsáveis por estas três disciplinas citadas os profissionais incumbidos de desenvolver discussões e práticas voltadas ao assunto.

Com base no que foi explanado acima, analisamos: se quem deve desenvolver tal trabalho é exatamente quem desenvolve, visto estes serem os competentes para tal de acordo com aquela certeza citada, podemos concluir que a Educação Ambiental e sua atuação nas nossas escolas brasileiras "vai muito bem, obrigado".

Será esta uma conclusão precipitada, mal fundamentada e que contraria tudo aquilo que os profissionais que se identificam com o tema buscam? Ou será esta uma análise verdadeira? Estaremos nós, enquanto corpo docente formador do ensino básico, precipitados quanto àquilo que de fato é e deve ser a Educação Ambiental na escola?

Tornemos claro desde já que neste artigo abordaremos apenas o caso da Geografia, analisando esta (in) certeza do ponto de vista da consolidação do pensamento geográfico e da atuação do Ensino de Geografia na escola.

- na segunda problemática, procuramos entender como a Educação Ambiental é conduzida ao contato de educadores em formação que, futuramente, estarão atuando como educadores nos 1° e 2° ciclos do ensino fundamental[5] e serão responsáveis por levar esta discussão à escola. O que estes professores entendem por Educação Ambiental? Será que durante as suas formações institucionais e profissionais, estes tiveram a oportunidade de discutir de maneira sólida esta temática e sua importância para a sociedade? Se não, será que a Educação Ambiental é considerada como importante por estes profissionais? Se sim, de onde estes vêm retirando as informações julgadas como importantes para o trabalho e ênfases a esta temática?

Portanto, estas são algumas indagações que nos fizemos e nos instigaram na realização deste artigo e que, obviamente, as julgamos importante (re) discutirmos isso.

Diante destas explanações iniciais, deixemos claro que o objetivo geral neste artigo é trazer para discussão algumas (in) certezas comuns a esta relação no ambiente escolar e, assim, desmistificá-las a ponto de estar contribuindo para com a discussão da atuação interdisciplinar da Educação Ambiental na escola e, para tal, elaboramos

[5] Ao longo do texto será justificado o porquê de nos reportarmos diretamente aos educadores de 1° e 2° ciclos do Ensino fundamental.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 28-48, 2015

alguma metas específicas que seguem: situar o Ensino de Geografia na escola e sua relação com a Educação Ambiental a partir dos resultados do levantamento e análise dos livros didáticos de Geografia, confrontando-os com a primeira problemática aqui anunciada; refletir sobre a discussão da preparação docente nas instituições formadoras em relação à temática aqui abordada e, por fim, apontar se, as (in) certezas na qual citamos acima são positivas ou negativas no que tange a atuação da Educação Ambiental na escola através das explanações de suas possíveis origens no ambiente escolar.

A justificativa dessa proposta se dá devido ao fato de que julgamos as problemáticas explanadas ao longo desta introdução como necessárias de serem (re) discutidas visto que, desde quando iniciamos nossos estudos sobre esta relação entre Ensino de Geografia e Educação Ambiental na escola, estas problemáticas são marcantes e presentes no cenário educacional atual, embora já tenham sido discutidas em outros momentos, o que caracteriza esta discussão não como consequência de uma problemática nova, mas como algo que ainda não superamos/resolvemos.

Porém, é importante ressaltar que os nossos resultados e indagações trazem esta relação e suas consequências do ponto de vista da Geografia que, por sua vez, talvez não apresente resultados e conclusões diferentes ou contrários daqueles dos pesquisadores que a analisam vestindo exclusivamente as lentes da Educação Ambiental e sua atuação na escola.

METODOLOGIA

Após realizar uma revisão de literatura que fundamentou o tema pesquisado, expusemos as problemáticas em que nos balizamos para esta discussão e, posteriormente, trouxemos para debate os resultados e reflexões dos dois trabalhos que defendemos no II SEMPGEO, a fim de desmistificar as problemáticas anunciadas: o primeiro sobre a relação da Educação Ambiental com o Ensino de Geografia na escola a partir da análise de livros didáticos em diferentes datas da história da educação brasileira, debatendo com a problemática de que existem disciplinas determinadas a trabalhar a Educação Ambiental na escola; o segundo, sobre a Educação Ambiental no processo de formação docente de educadores do 1° e 2° ciclos do ensino fundamental, se confrontando com a problemática de que é necessário pensar a Educação Ambiental

interdisciplinar e que esta deve ser inserida o quão mais cedo possível na vida dos cidadãos em formação. Mas será que os professores foram preparados para desenvolver esta temática durante as suas formações? Ou será que a Educação Ambiental passou longe de ser debatida neste importante período de consolidação da carreira docente? São esses os eixos norteadores deste debate.

Para este trabalho, o método utilizado para a organização destas discussões foi o método dialético que, de acordo com Konder (2008, p. 7) pode ser pensado como "... a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão".

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA OU VICE VERSA: (IN) CERTEZAS E POSSIBILIDADES

Para inserir nossa discussão a primeira problemática apontada na introdução deste artigo, trazemos para o diálogo algumas explanações de Barcelos (2003), já que este autor explana acerca da atuação da Educação Ambiental na escola brasileira.

Dentro do que aborda o autor, são colocados alguns pontos referidos como "Mentiras que parecem Verdades" (BARCELOS, 2003, p. 83), onde um especificamente nos chama atenção: "Primeira "mentira": EA é coisa para os professores (as) de ciências, de biologia ou de geografia;" (BARCELOS, 2003, p. 83).

Embasando-nos também nas explanações do autor, porém mais do que isso, nas nossas vivências e experiências enquanto discentes ou docentes na área da educação formal na escola, sempre que se planeja um trabalho voltado a questões que envolvam o ambiente, quem são os já determinados responsáveis por conduzir tal atividade? O professor de Geografia, de Ciências ou de Biologia, conforme já havíamos explanado na introdução.

Isso se torna ainda mais perceptível e possível de ser analisado sempre que nos aproximamos de datas comemorativas que envolvem tal temática. Os professores destas disciplinas diretamente já são os encarregados de pensar, planejar, elaborar e pôr em prática as atividades da escola.

E aproveitamos as colocações deste último parágrafo para colocar rapidamente mais uma de nossas inquietações: o fato de em alguns casos, a problemática ambiental

só estar no alvo de grande parte dos educadores na escola em situações 'comemorativas' (ex: dia da água).

Acreditamos que talvez estas datas tenham a função de alertar às problemáticas voltadas ao tema enfatizado da data comemorativa; mas esta ganha conotação de festividade, de atividades lúdicas divertidas apenas, sem uma reflexão critica e sólida no que tange o assunto.

Tão logo, o fato dos assuntos de cunho ambiental ganhar uma grande ênfase somente em datas comemorativas contraria a importância da presença cotidiana das reflexões, discussões e ações que este tema deve trazer aos cidadãos. E vale ressaltar que esta não é uma preocupação, tão pouco uma constatação apenas nossa.

Embora nosso interesse de discussão se limite ao segmento Ensino de Geografia, Suleiman (2011) constata em seus estudos que se voltam à área de Ciências da Natureza uma restrição da ênfase à Educação Ambiental na escola durante as datas comemorativas.

Voltado a discussão anterior, de acordo com Barcelos (2003, p. 84) esta (in) certeza de que devem ser os profissionais de Ciências, Biologia ou Geografia a levar 'a diante' a Educação Ambiental na escola advêm do percurso histórico em que correu a Educação Ambiental no Brasil.

Pois vejamos: se nos reportarmos para o final da década 1960 e início da década 1970, estávamos no auge da ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964. Consequentemente estávamos no ápice do 'capenga' milagre econômico financiado pelo capital externo que precisava manter a engrenagem dos seus trâmites funcionando. Com isso, sabemos a que e para onde isso nos levou.

Ainda, é nessa época que os problemas ecológicos começaram a se agravar nas grandes cidades, decorrentes da urbanização acelerada e desordenada, diretamente ligada com a implementação das máquinas, ascendente monocultura no meio rural e na expansão da criação de gado.

Assim, a aceleração do modelo de industrialização adotado não só aumentava a poluição, mas, também o consumo de energia que, por sua vez, necessitava de cada vez mais energia elétrica disponível.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n.1, p. 28-48, 2015

Ainda neste período, o incentivo a monocultura de cana-de-açúcar para combustíveis trouxe fortes impactos a agricultura da época, sem falar da construção da Rodovia Transamazônica e das usinas nucleares em Angra dos Reis.

Além destas questões mencionadas, sabemos que neste período não se tinha espaço para discussão política na sociedade brasileira. Desta forma

> ... as questões ecológicas eram delegadas aos técnicos para que estes as resolvessem da melhor maneira possível desde que, para tanto, não as "politizassem". Neste sentido, nada mais "natural" que entregar as mesmas aos engenheiros, aos biólogos, aos químicos, aos geógrafos. Enfim, aos técnicos que entendiam dos problemas da degradação e da poluição física do ambiente (BARCELOS, 2003, p. 84).

Sabemos que ainda vivemos os reflexos dessa época na educação brasileira. É possível analisar a educação escolar fugindo das complicações de discutir temas sócio-político-econômicos. Pois conforme esclarece Barcelos (2003, p. 84):

> Inegavelmente não vivemos mais em um período de ditadura militar e o milagre econômico todos sabemos a que nos levou. No entanto, como se pode constatar seus efeitos ainda estão presentes em muitas de nossas atividades educativas em geral e de EA em particular.

A Educação Ambiental na educação escolar se volta a problemas ecológicos. Temas físicos do ambiente se reduzem a esses professores nos quais recebem esta incumbência, já que são competentes a trabalhar esta temática.

Na nossa concepção, assim como os problemas ambientais emergentes eram relegados ao meio físico apenas, a educação escolar como consequência destas diretrizes, concepções e tratados políticos de gestão, enxerga e trata a Educação Ambiental como sinônimo de problemas ecológicos apenas. Nas palavras do autor:

> Na educação, leia-se na escola, o que ocorreu não foi muito diferente. Quando queremos "limpar" um tema de suas complicações "político-ideológicas", de seus aspectos históricos-sociais-culturais o que fazemos: criamos uma disciplina e a entregamos a um profissional da área. Ou seja: a um especialista. Nada mais normal que chamar então o professor de ciências, de biologia ou de geografia. Afinal de contas se as questões ecológicas se restringem a problemas técnicos e de "gerenciamento de recursos naturais" estes profissionais são os mais indicados para deles tratar (BARCELOS, 2003, p. 84).

Diante desta questão, entendemos que, não que os professores destas disciplinas não consigam trabalhar a EA no ambiente escolar. O que acontece é que, o ambiente, é

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 28-48, 2015

composto pelo trabalho e ação de todas as áreas que, através do conteúdo programático, tendem a detalhar um norte teórico que possa dar cabo de educar o cidadão em suas práticas e ações complementares a agir no 'mundo real'.

Assim, o ambiente e a educação para a ação nele dependem da colaboração de todos os segmentos do ensino. Não acontecendo isso, acontece o inevitável: forma-se cidadãos alienados no que tange a temática das problemáticas em geral e, por sua vez, acredita-se ser a educação escolar algo incompetente.

Mas frente a esta reflexão, e o cenário de consolidação da Educação Ambiental na escola brasileira, trazemos as colocações de Cavalcanti (2007, p. 125) que ao discutir sobre o Ensino de Geografia na escola, nos diz:

> A análise da função reprodutora da escola e da Geografia impede a conclusão de que os problemas da escola se resumem a uma questão de ineficiência, desta instituição e/ou do professor de Geografia. Aliás, essa análise permite compreender que a escola pode ser eficiente para determinados propósitos e que pode estar montada para funcionar exatamente da maneira como funciona.

E o histórico de consolidação da Educação Ambiental até aqui colocado nos mostra exatamente isso: algo pensado para ser acrítico, cujos efeitos são sentidos em larga escala no momento atual.

Exemplificamos conjuntamente à citação acima o caso da Geografia, porque como já havíamos mencionado, nosso foco é a relação do Ensino de Geografia com a Educação Ambiental na escola. Isso porque, conforme sabemos, embora sejam estas áreas (geografia, ciências e biologia) as encarregadas de tratar dos assuntos de cunho ambiental na escola, estas raramente trabalham juntas, numa perspectiva interdisciplinar. Ou seja, na maior parte do tempo, ou trabalha só o professor de Geografia, ou só o de Ciências, ou só o de Biologia nesta incumbência que lhes é automaticamente determinada.

Então, frente a este ponto, nos perguntamos: será que o Ensino de Geografia, como um segmento do ensino apenas, dá conta de levar a reflexão e ação a ponto de formar cidadãos críticos no que tange a temática ambiental? É frente a essa questão colocada que trazemos as nossas reflexões e resultados obtidos em um dos nossos trabalhos.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n.1, p. 28-48, 2015

Este trabalho intitulado "A Relação Do Ensino De Geografia Com A Educação Ambiental: um breve olhar a partir dos livros didáticos" procurou analisar a relação do Ensino de Geografia com a Educação Ambiental presente nos livros didáticos. Mas por que nos livros didáticos se nos referimos diretamente ao Ensino de Geografia?

Escolhemos os livros didáticos devido a quatro motivos principais:

- primeiro, que estes são recursos a serem utilizados em larga escala na sala de aula, podendo estes ser, às vezes, o único recurso didático (além de quadro e lousa) a ser oferecido em muitas instituições de ensino do nosso país;

- segundo, porque estes se prestam a fazer uma ponte entre as discussões e as relações de ensino e aprendizagem em qualquer segmento do ensino;

- terceiro, estes são capazes de expressar a forma como se dá o pensamento, as abordagens e as ênfases de determinada época, em determinado local;

- quarto, o fato de que em muitas instituições de ensino, desde tempos mais remotos até os atuais, inegavelmente o professor de Geografia segue exatamente aquilo que está registrado no livro didático. Seja na ordem sequencial de explanação dos conteúdos, seja naquilo que está sendo abordado no livro frente a determinado assunto.

Em busca de nossas indagações, formamos um acervo em que os livros didáticos vieram de doações das escolas públicas de Pelotas e, alguns outros, foram doados por alunos e professores do próprio curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.

Assim, selecionamos o corpo da nossa pesquisa nos utilizando de seis livros diferentes que também foram publicados por duas editoras diferentes: Editora Ática e Editora do Brasil. Isso porque foram as editoras que ao longo do período escolhido, eram as mais utilizadas pelas escolas que contribuíram com o nosso acervo.

Para que pudéssemos constatar nossas indagações em diferentes períodos da relação do Ensino de Geografia com a Educação Ambiental, os livros foram publicados em seis diferentes datas, que são: 1975, 1986, 1991, 2003, 2006 e 2012.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 28-48, 2015

Frente ao que foi explanado, entendemos a nossa proposta como pertinente devido ao fato de que, se estes foram doados e podemos observar que foram amplamente utilizados, estes livros dão uma dica do que se pensa no Ensino de Geografia não só na década de sua publicação, mas até mesmo na (s) seguinte (s) (já que nem sempre houve uma distribuição abundante de material didático nas escolas públicas brasileiras).

Assim, iniciamos a nossa análise com o livro de Geografia datado do ano de 1975, procurando a presença do debate e possíveis fontes de reflexões que dizem respeito à Educação Ambiental.

Vale ressaltar que, foi nesta época que os segmentos História e Geografia foram unificados dando origem a disciplina de Estudos Sociais, onde também vigorou as questões voltadas a Lei N° 6.692/71. E com estas, todos os problemas de má formação docente e de discussões de cunho econômico, social e político em sala de aula, soterrados com a desculpa de juntar as disciplinas em função de que não há separação alguma entre os conteúdos na vida real.

Nos perguntamos: Por que agrupar somente estes dois segmentos do ensino? Não são todos os conteúdos importantes para uma educação interdisciplinar e por sua vez, não devem ser todos os conteúdos aproximados? O que esperar, de fato, desta ação? Talvez o próximo parágrafo nos esclareça.

Em busca da presença das discussões e possíveis fontes de reflexões sobre a temática ambiental neste livro, encontramos exatamente o contrário: um possível veículo de dominação política. Isso porque o Ensino de Geografia no momento, em pleno governo militar, se apresentava extremamente descritivo e instigava a memorização dos alunos. O estudo da relação do ser humano com e no espaço, foco do Ensino de Geografia, não era sequer verdadeiramente retratado de forma ampla.

Encontramos nesta obra as informações enaltecendo os feitos do governo, e dentre eles podemos citar: o milagre econômico, o Brasil industrial e a criação da Rodovia Transamazônica.

O Brasil industrial sendo trazido como o trilho para o sucesso sociopolítico econômico, sem considerar as questões ambientais sociais e ecológicas que isso

acarretou. Bem como a Transamazônica, vista como solução econômica por estar ligando através de rodovias a Região Norte com as demais regiões do país. Isso porque segundo a obra uma das saídas para o crescimento econômico do país é a integração/ligação entre todas as regiões do país que, por sua vez, são desiguais em seus diferentes aspectos.

Assim, a criticidade e a reflexão não são instigadas de forma alguma. As medidas do governo, desconsiderando os problemas ambientais não eram se quer debatidas no ambiente escolar, dentre o corpo docente e os cidadãos em formação inicial, de acordo com as informações extraídas na análise dos livros didáticos.

Neste contexto, a Educação Ambiental que aparece na legislação brasileira pela primeira vez em 1973, continua ascendente como pauta das discussões no cenário internacional principalmente representada pela I Conferência sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, na Geórgia, ex-URSS, no ano de 1977.

Diante desta ascensão, ganha espaço no Brasil a Educação Ambiental na década de 1980, representado pela criação do PRONEA e devido à inserção desta na Constituição de 1988 como dever do Estado e direito de todos (CARVALHO, 2008).

Porém, avalia-se a Educação Ambiental brasileira nesta época como enfática apenas no seu caráter legislativo, já que a Educação Ambiental Formal, no nosso entendimento, nessa época é pouco atuante.

No caso do Ensino de Geografia, em que nos limitamos a trabalhar para este momento, os livros didáticos analisados nas datas de 1986 e 1991 não apresentam novidades. O foco em relação aos impactos ambientais é visto como uma consequência do chamado ‘desenvolvimento’, que é associado diretamente à economia, cujo pensamento conservador, mal fundamento e prova da falta de organização perdura até os dias de hoje, visível em afirmações do senso comum do tipo *“é o preço do progresso”*.

As novidades que analisamos nestes livros didáticos citados por último, são os avanços da tecnologia cada vez mais presentes e inseridos no cotidiano das pessoas, como satélites artificiais, a mecanização da agricultura, dentre outras. O Ensino de

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 28-48, 2015

Geografia aqui ainda se caracteriza como pouco informativo, conservador, mnemônnico e descritivo.

Ainda, na década de 1990, a Educação Ambiental começa a ganhar vistas no cenário da educação brasileira, representados pela criação dos centros de Educação Ambiental do Ministério da Educação em 1992 e pelo embalo que a RIO 92 proporcionou ao ser o Brasil país sede deste evento (CARVALHO, 2008).

Como fruto deste embalo analisando as explanações de Carvalho (2008), em 1994, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio ambiente (MMA). Ainda, a questão ambiental vista como demanda social foi incorporada aos temas transversais em 1997 e, em 1999, temos a criação da Lei 9.795 que, compreende e regulamenta a Educação Ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Ainda de acordo com Carvalho (2008), em 2001 foi implementado pelo MEC o Programa intitulado ‘Parâmetros em Ação: meio ambiente em ação’. Em 2002, a Lei n. 9.795 foi regulamentada pelo Decreto n. 4.281 e, em 2003, reunindo o MEC e o MMA, cria-se o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.

Assim, percebemos uma leve ascensão da Educação Ambiental na educação brasileira. Aqui, no Ensino de Geografia, esse avanço é relatado ao analisar os livros didáticos de 2003, 2006 e 2012, em que a reflexão e a discussão referentes aos assuntos de cunho ambiental passam a ser em maior escala, debatidos e considerados nua ordem crescente.

Ganhando espaço aos poucos, questões raciais, de gênero e sexualidade, causas da urbanização desenfreada e de migrações são abertamente abordadas nos livros, trazendo a reflexão ao aluno que mantém contato com estes últimos livros abordados.

Ainda, os impactos aos ditos recursos naturais do ambiente (vegetação, hidrografia, dentre outros) são também demonstrados concomitantemente a questões econômicas.

Se outrora o desmatamento da Mata Atlântica era visto como mera consequência, no exemplar mais moderno são colocadas para discussão as causas, os objetivos e as consequências disso. Até mesmo os agrotóxicos e seus impactos aos recursos naturais e ao ser humano, são debatidos no livro datado de 2012 e que, vale ressaltar, este tema já era retratado pela Jornalista Rachel Carson desde 1962, onde esta alertava sobre os efeitos dos agrotóxicos no ambiente na obra intitulada Primavera Silenciosa[6].

Claro que as evoluções nas discussões de cunho ambiental acima destacadas não estão atreladas somente aos eventos específicos que citamos, mas também as reformas na educação ao longo dos últimos tempos que passa a considerar a Educação Ambiental a partir das reformas na legislação.

Assim, fechamos estas explanações salientando que percebemos um avanço nas discussões e abordagem do livro didático, material utilizado de maneira constante nas aulas de Geografia.

Contudo, deixamos claro que ainda assim a Geografia não é única responsável a tratar da Educação Ambiental na escola, pois somos competentes (enquanto professores de Geografia) a trabalhar com algumas técnicas, metodologias e assuntos que podem vir a contribuir para com a atuação e inserção das reflexões pertinentes a Educação Ambiental na escola. Não somos competentes o suficiente para trabalharmos sozinhos com o êxito necessário uma temática tão ampla, importante e complexa.

E frente a esta colocação, deixamos a reflexão: embora tenhamos notado que um material bastante utilizado nas aulas de Geografia tenha melhorado, será que o profissional tem estado ou tem se sentido pronto para trabalhar esta temática? Será que os "saberes institucionais e disciplinares" tem preparado o profissional frente a esta temática? E como trabalhá-la na escola? De onde partir?

[6] E vale ressaltar que apesar da autora alertar sobre os efeitos maléficos dos agrotóxicos ao ambiente, apenas em 2015 foi reconhecido oficialmente a ligação do Glifosato e seus derivados com as altas taxas de câncer na sociedade atual. Para acessar o documento oficial da Agência Internacional de Investigação do Câncer (IARC), analisar o link a seguir: https://pedlowski.files.wordpress.com/2015/03/monographvolume112.pdf.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 28-48, 2015

Deixamos claro que quando nos referimos "ao profissional" falamos do professor de qualquer área, numa análise mais abrangente, para além do olhar da Geografia. São algumas reflexões a se considerar.

EA, INTERDISCIPLINARIDADE E A ATUAÇÃO DESDE CEDO. DESDE CEDO?

Os atores que se preocupam com a atuação da Educação Ambiental na escola normalmente, ao explanar sobre o assunto, dão a entender que é de fato fácil concretizar a ação desta temática no ambiente escolar.

É comum neste discurso que assegura ser simples a consolidação da atuação da Educação Ambiental na escola, afirmações e demonstrações de experiências comprovando que numa atividade simples o professor pode estar em contato com o ambiente e que, a partir daí, as reflexões, transformações e ações serão notadas e acontecerão na prática.

Discordamos em alguns pontos deste discurso que coloca a Educação Ambiental como um eixo que não deve ter uma programação com forte ênfase nas nossas atividades. E aproveitamos para colocar algumas indagações: de que ambiente é falado ali? Logo, de que Educação Ambiental estamos tratando?

De fato as atividades que possuem a Educação Ambiental atuante e que se influenciam por este tema, podem ser atividades simples, que tragam bons resultados. Mas é necessário pensar o discurso, a que situação delegará à Educação Ambiental e se de fato estamos contribuindo da forma como desejamos, integrando conhecimentos e transformações nos nossos resultados e objetivos.

Abrindo um parêntese na introdução deste subitem, nada mais justo que tornemos claro o conceito de ambiente que acreditamos ser o mais abrangente principalmente no que diz respeito ao ensino, já que nos fizemos essa indagação há pouco.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n.1, p. 28-48, 2015

A autora Máximo-Esteves (1998) ao se assegurar nas orientações do relatório da Conferência de Tblisi*[7], se embasa na 1° recomendação, logo na alínea a), e nos diz que o conceito de ambiente é:

> ... um todo global, do qual fazem parte vários aspectos, como se pode ver pelo excerto seguinte: "Ainda que seja óbvio que os aspectos biológicos e físicos constituem a base natural do meio humano, as dimensões socioculturais e económicas, e os valores éticos, definem, por sua parte, as orientações e os instrumentos com os quais o Homem poderá compreender e utilizar melhor os recursos da natureza com o objectivo de satisfazer as suas necessidades" (MÁXIMO-ESTEVES, 1998, p. 48-49).

A autora ainda deixa claro que o conceito de ambiente se assenta na teoria sistêmica, visto a interdependência mútua dos diversos fatores que formam o ser humano. Tão logo, o conceito de ambiente conforme as considerações da autora se assenta numa tríade sistêmica que considera as diferentes esferas de influência na atuação do ser humano. Nas palavras da autora:

> Eis-nos assim perante uma figura tridimensional [...] estruturadora do conceito global de ambiente: o Natural, o Social e o Cultural: [...] a natureza (ecossistemas naturais), a sociedade (ecossistemas humanos) e a cultura (dimensão temporal). À díade Natureza-Sociedade, acrescenta-se o vector do dinamismo cultural (MÁXIMO-ESTEVES, 1998, p. 46-49).

Por analisar o ambiente como algo construído e moldado por estas três esferas citadas acima, podemos entender o ambiente como objeto de estudo de todos os segmentos do ensino escolar. Logo, ao considerar essa situação, o ambiente deve ser alvo de uma atuação fundamentada, pensada e construída com a base que cada um dos segmentos disciplinares possui enquanto conteúdos programáticos.

Assim, o ambiente e, consequentemente a Educação Ambiental, deve ser abordada, pensada, debatida, discutida e trabalhada por todos os segmentos do ensino. Diante disso, enxergamos aqui uma possibilidade aliada a uma necessidade no trabalho escolar, que justifica também o porquê de termos escolhido trabalhar com docentes dos 1° e 2° ciclos do ensino fundamental:

a) a possibilidade é a de que o professor enquanto educador, lá nos 1° e 2° ciclos do ensino fundamental é interdisciplinar. Ele necessariamente pensa, elabora e põem em

[7] Para tal, consultar UNESCO (1989).

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 28-48, 2015

prática as atividades de todos os segmentos do conhecimento, referidos como disciplinas.

Dessa forma, analisamos acima uma oportunidade de introdução a visão do trabalho interdisciplinar frente às questões que envolvem a Educação Ambiental desde os primeiros anos do aluno na escola.

b) com isso, lançamos o que chamamos de necessidade aliada à possibilidade citada acima. Com essa possibilidade do trabalho interdisciplinar pelo professor que trabalha com os níveis iniciais, nós entendemos que as reflexões que envolvem o trabalho da Educação Ambiental, interdisciplinar ou não, devem ser oportunizadas para o cidadão desde o início de sua formação.

Logo, nós acreditamos que a Educação Ambiental deva ser algo processual, que vá avançando em suas reflexões ao longo da formação do cidadão. A criança aprende e se desenvolve desde o seu contexto mais restrito até o mais amplo, logo, é essencial que estas discussões sejam inseridas o quão mais cedo possível na formação do ser humano/cidadão. Coloquialmente falando, “temos um casamento perfeito”.

Diante desta questão, nos apossamos dos resultados levantados por um dos trabalhos por nós desenvolvidos para responder a seguinte indagação: será que o professor está sendo preparado na sua formação para conduzir e introduzir estas discussões e reflexões na vida dos cidadãos em formação? Diante desta indagação, o nosso trabalho, intitulado “Educação Ambiental e a Escola: reflexões acerca do saber docente” se desenvolve com um grupo de professores de uma determinada escola.

Ao analisar os resultados do nosso trabalho constatamos que os professores na sua grande maioria tem uma concepção de Educação Ambiental e de ambiente um pouco precipitada em que a primeira é vista como sinônimo de mobilização e conscientização social, enquanto o ambiente é visto como algo onde o meio social e cultural é afastado desta interrelação.

Mas por que isso? Segundo os professores, nas suas formações docentes, nunca houve uma introdução a esta. Ou seja, o professor não está sendo bem preparado para levar estas discussões e reflexões ao cidadão.

Assim, os professores reconhecem a necessidade da inserção desta temática e se mostram abertos a formação e, desta forma, alguns poucos professores introduzem este tema em suas aulas.

Ao dialogar com o grupo de professores, estes foram indagados sobre de onde são extraídas as informações que julgam de cunho ambiental? E estes, em suma maioria, afirmaram que retiram as informações dos meios de comunicação de massa onde, a televisão lidera como grande fonte de informações do enfoque ambiental seguido da internet.

E aqui já podemos destacar um momento falho na atuação docente acarretado pela falta de uma abordagem específica sobre a Educação Ambiental durante a formação docente do profissional. Isso porque a mídia não tem por objetivo a conscientização dos cidadãos naquilo que tange os assuntos de cunho ambiental. E talvez daí surja uma forte colaboração àquela concepção do ambiente como físico natural, apenas.

A mídia claramente tem por objetivo tornar e manter o maior número de pessoas presas aos pressupostos capitalistas enaltecendo o consumo e consequentemente contribuindo para a constante crescente da problemática ambiental, amarrada que é as corporações e consequentemente aos principais problemas ambientais em que nos preocupamos atualmente – consumo, exploração desenfreada de recursos naturais, desigualdade social, exploração do ser humano sobre o ser humano, dentre outras.

Diante destas explanações, a principal questão que nos perguntamos e que nos inquieta é a seguinte: se os professores não estão sendo preparados, se esta temática não está sendo introduzida na formação dos professores, como podemos cobrar ou esperar que estes sejam educadores ambientais de fato competentes e comprometidos com a temática? Como pensar a interdisciplinaridade da Educação Ambiental se, dessa forma podemos considerar que não são todos os segmentos e níveis do ensino que pensam a Educação Ambiental de forma efetiva?

Essa problemática é extremamente complexa. Ela requer a modificação de uma visão frente à construção do ensino que, por sua vez, vai além daquilo que acontece somente na escola, conforme o nosso trabalho usou como campo de estudo.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 20, n. 1, p. 28-48, 2015

Porém, a problemática ambiental se faz presente em larga escala no espaço e no tempo atual. Não seria um dever da universidade manter trazer o foco a estas problemáticas na construção dos saberes institucionais em todos os segmentos de qualquer área do conhecimento? Conforme Batista (2014, p. 187):

> ... a incorporação da problemática ambiental como dimensão do ensino, da pesquisa e da extensão, insere-se ou deveria estar inserida nas demandas apresentadas pelos segmentos acadêmicos, como prioridade do projeto institucional e das práticas acadêmicas, compondo assim o conteúdo da responsabilização social e política das universidades diante dos problemas contemporâneos.

A autora critica o modelo no qual se desenvolve o ensino nas universidades com vistas à temática ambiental e, conclui que este segue um padrão que serve exclusivamente a economia capitalista. A preparação dos profissionais e as ênfases acadêmicas servem a isto.

Concordamos com a autora, e entendemos que um dos maiores desafios para se alcançar uma abrangência nas discussões de cunho ambiental na universidade, é de fato desconstruir esse padrão de ensino que serve a prosperidade do capitalismo, pois, este, se fortalece naquilo que Educação Ambiental busca contrariar e transformar. Daí vem a complexidade que citávamos anteriormente e a reestruturação que se faz necessária para que assuntos de cunho ambiental entrem no foco das discussões e produções acadêmicas em todas as áreas e modalidades do conhecimento.

A autora conclui as considerações acima explanando: "... é necessário refletirmos sobre as possibilidades efetivas de viabilização de uma política de educação ambiental e sua implementação na educação superior como um componente inerente à formação humana e política" (BATISTA, 2014, p. 188). É um processo difícil, mas importante e necessário.

São estas as reflexões que ficam, pois se a Educação Ambiental deve ser interdisciplinar, todos os segmentos e níveis da educação obrigatoriamente devem discuti-la de maneira sólida. A própria Educação Ambiental se fortalecerá ao ser consolidada pelas diferentes áreas do conhecimento. E se a temática na escola deve ser introduzida o quão mais cedo possível na vida do cidadão, o professor que trabalha com este nível deve estar preparado para tal.

Enfim, para uma atuação da Educação Ambiental abrangente no ambiente escolar, esta deve ser discutida, pensada e estruturada pelo professor que irá desenvolvê-la durante a sua formação docente, disciplinar e institucional, para que seja adaptada com êxito nas suas experiências. Fato ainda segundo nossos resultados, inexistente.

(IN) CONCLUSÃO

Analisamos que aquela visão tradicional estabelecida nas escolas de maneira geral em que a Educação Ambiental deve ser feita por profissionais de determinadas áreas específicas, é uma certeza equivocada e mal fundamentada, visto que isso se enquadra como uma herança de repressão, de má fundamentação e de negação às discussões, objetivos e recomendações verdadeiras da Educação Ambiental.

Enquanto professores de Geografia que somos, reconhecemos que tal incumbência automaticamente preestabelecida é diretamente prejudicial aos cidadãos que tem em nossas mãos a sua formação.

Todavia, este importante debate deve ser introduzido o quão mais cedo possível na vida dos cidadãos e, acima de tudo, pensado por todos os segmentos da educação.

Mas como se pode pensar a Educação Ambiental interdisciplinar enquanto mantermos essa visão fechada que apenas se apresenta mais forte na escola, mas que na verdade está instaurada e é consequência das instituições de formação destes profissionais que na escola atuam? Como trazer estas reflexões para se inserir desde cedo na vida dos cidadãos se nos saberes do profissional se a Educação Ambiental não é amplamente considerada?

Enquanto educadores preocupados com as limitações impostas à Educação Ambiental nas diferentes formações docentes, acreditamos que nos cabe neste momento levantar e fortalecer esta discussão nos mais variados âmbitos acadêmicos, ressaltando a importância desta temática, já que a reestruturação dos modelos que regulamentam o ensino superior não está ao nosso alcance imediato.

Já como professores de Geografia, educadores atuantes na escola temos três pontos principais a serem destacados nessa contribuição à atuação da Educação Ambiental:

- primeiro ponto é o de reconhecer o ambiente em sua totalidade e compreender a importância de atuar nas partes, enfatizando a Educação Ambiental como fonte de ações, reflexões e transformações cujo balanço seja positivo no/para o ambiente;

- segundo ponto é o de adaptar essa atuação da Educação Ambiental transversalizada nas habilidades como tema importante para a sociedade na construção do espaço, e não como algo distinto do segmento do ensino em que o profissional é competente a trabalhar;

- o terceiro e último ponto é o de possivelmente mobilizar os demais segmentos do ensino a atuar com vistas ao trabalho ambiental, trazendo as suas contribuições para o trabalho conjunto.

Obviamente essa mobilização de todos os segmentos do ensino deveria acontecer no processo de formação dos saberes institucionais dos docentes. Mas enquanto isso de fato não se concretizar, uma das formas de demonstrarmos ao corpo docente escolar que a Educação Ambiental é objeto de estudo de todos os segmentos e não apenas de determinadas disciplinas, é aproximando os responsáveis pelos diferentes segmentos do ensino a trazer as suas importantes contribuições para o trabalho que tenha como objetivo o ambiente, em qualquer daqueles eixos que formam a tríade que compõem o compõe.

Deixemos claro que enquanto professores de Geografia não queremos assumir essa função de ser um dos três responsáveis apenas pela consolidação da Educação Ambiental nas escolas. O que queremos é aproximar a temática em sua importância daqueles que de fato são os responsáveis pela construção e adaptações do, no e para o ambiente: comunidade escolar e extra escolar, sem exceções.

Portanto, vivemos o impasse de estar buscando respostas de como contribuir para com a atuação da Educação Ambiental da forma mais adequada na escola diante do cenário atual. Enquanto isso objetivamos neste momento tornar abertas as nossas inquietações a todos aqueles que têm pensado e se dedicado ao assunto.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Valdo. “Mentiras” que parecem “verdades”: (Re) Pensando a Educação Ambiental no Cotidiano da Escola. In: ZAKRZEVSKI, Sônia Balvedi (Org.). **A**

Educação Ambiental na Escola: Abordagens Conceituais. Erechim/RS: Edifapes, 2003. (81 – 88).

BATISTA, Maria do Socorro Silva. O espaço da temática ambiental na universidade diante do contexto da globalização. In: REMEA – Revista do Mestrado em Educação Ambiental (Org.). **Dossiê Educação Ambiental**. Rio Grande/RS: FURG, 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. A Educação Ambiental No Brasil. In: BRASIL/MEC (Org.). **Educação Ambiental No Brasil**. Brasília: MEC, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. 10° ed. Campinas/SP: Papirus, 2007.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 28ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MÁXIMO-ESTEVES, Lídia. O conceito de ambiente como princípio orientador de Educação Ambiental. In: MÁXIMO-ESTEVES, Lídia (Org.). **Da Teoria à Prática**: Educação Ambiental com as crianças pequenas ou o fio da história. Porto: Porto Editora, 1998. 48-67).

SULEIMAN, Miriam. **Concepções de professores de escolas públicas de São José do Rio Preto/SP sobre ensino de ciências naturais e educação ambiental**. 2011. 129 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011. Acesso em: agosto de 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/90249>.